

## Benefício para os aposentados une senadores e sindicalistas

Declarações dos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência, Luiz Marinho, contra a aprovação do projeto que extinguiu o fator previdenciário e do que garantiu aumento real às aposentadorias são criticadas em Plenário e na CDH

### Garibaldi: frear as MPs é o desafio maior do Legislativo

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que não existe hoje desafio maior do que o de defender o Legislativo dos abusos que representa o excesso de medidas provisórias. E sugeriu uma pauta com temas nacionais. **Página 2**

**A**udiência pública na Comissão de Direitos Humanos reúne sindicalistas e aposentados em defesa do projeto que estende a benefícios do INSS o mesmo reajuste do salário mínimo e do que muda a forma de cálculo das aposentadorias. Em Plenário, senadores condenam as críticas dos ministros às propostas, que serão ainda votadas na Câmara. **Páginas 5 e 7**



Audiência na CDH reúne João Inocentini (E), José Augusto Silva Filho, Arthur Henrique Santos, Paulo Paim e Paulo Pereira da Silva

J. Freitas

### Aumento da taxa de juros causa prejuízo e repercute no Senado

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, país gastará R\$ 2,9 bilhões a mais para pagar dívida interna por conta do

aumento de 0,5 ponto percentual na taxa Selic, anunciada pelo Copom. Senadores comentaram a decisão em Plenário. **Página 6**



Participam do debate na Comissão de Direitos Humanos os senadores Mesquita Júnior (E), José Nery, Flávio Arns e Patrícia Saboya

J. Freitas

Em defesa de mais recursos para ciência e tecnologia

**Página 3**

Comissão faz debate antes de votar projeto dos sacoleiros

**Página 6**

Plenário homenageia Chateaubriand e Dia do Exército

**Página 4**

## Presidente do IBGE propõe novo cálculo para distribuição do FPM



Entre Eduardo Pereira Nunes (E), Antonio Pimentel Pereira e Onildo Elias de Lima, a senadora Lúcia Vânia preside debate da CAE e CDR sobre os resultados de contagem da população

Critério atual de partilha de recursos do fundo prejudica os municípios que perdem habitantes. **Página 3**

Impresso Especial  
5362005/DR/BSB  
SENADO FEDERAL  
CORREIOS



Presidente do Senado defende limites para deter o uso abusivo de medidas provisórias, prática que ele considera descumprimento da Constituição

# Para Garibaldi, frear MPs é o maior desafio do Legislativo

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, afirmou ontem que não existe desafio maior, hoje, do que defender o Legislativo contra os abusos representados pelas medidas provisórias (MPs) editadas pelo governo. O senador fez a declaração ao participar, na Câmara dos Deputados, de assinatura de ato destinado a celebrar os 20 anos da Constituição.

Garibaldi definiu como uma deturpação esse recurso governamental e recomendou o uso de freios e limites para deter o descumprimento da Constituição.

– Eu me impus a tarefa de lembrar que temos uma Constituição que não admite que sejam desferidos contra o Legislativo ataques como esses, deturpações como essas, distorções como essas. Por isso, fiz questão de dizer, na presença do presidente da República, porque acho que as verdades devem ser ditas de frente e de cabeça erguida, que ele não poderia passar para a história como um homem que fez uso das medidas provisórias de forma abusiva como está fazendo.

O senador disse que ainda há

tempo e que “o presidente [da República] parece disposto a não fazer mais o que vem fazendo, e por isso saúdo sua atitude”.

## Interesse nacional

Garibaldi Alves observou que uma missão a que se impôs, como presidente do Senado, foi a aproximação com a Câmara, de modo a intensificar entendimentos com Arlindo Chinaglia visando à “construção de uma pauta comum que priorize os temas de interesse nacional, que apresente soluções legislativas para nossos problemas e que for-

talega o Poder Legislativo como o mais democrático dos Poderes da República.

Por sua vez, Arlindo Chinaglia destacou que a Câmara instituiu 2008 como o ano da Constituição Cidadã, nome dado pelo presidente da Assembleia Constituinte, o então deputado Ulysses Guimarães, ao texto aprovado em 1988.

## CPI do Senado

O presidente do Senado disse ainda que aguarda a indicação dos membros da CPI exclusiva da Casa para investigar irregu-

laridades no uso de cartões corporativos. Ele avalia, no entanto, que os trabalhos da comissão mista criada para o mesmo fim avançaram nos últimos dias.

Na quarta-feira, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que a CPI do Senado está em *stand by* e não será instalada se a base governista deixar de obstaculizar as investigações e concordar em aprovar todos os requerimentos, inclusive o de convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, na comissão mista.

Jane Araújo



Garibaldi Alves (D), no sofá, explica aos dirigentes de universidades que o trancamento da pauta por MPs dificulta votação de propostas

## Reitores pedem a senador aprovação de projetos

Garibaldi Alves recebeu reitores de universidades federais de todo o Brasil interessados em que o Congresso aprove logo projetos destinados a criar cargos e propiciar mais recursos para a expansão universitária.

Sentado ao lado do presidente do Senado, o reitor Arquimedes Diógenes Ciloni, da Universidade Federal de Uberlândia (MG), disse que esses projetos prevêem

providências essenciais para a expansão por regiões pobres do país. Ele mencionou a necessidade de contratação de docentes e técnicos administrativos e de definição de funções gratificadas e cargos de direção.

Garibaldi lembrou que a grande dificuldade de votação de projetos de lei hoje nas duas Casas consiste no trancamento da pauta por medidas provisórias. Ele salien-

tou que a aprovação de propostas como essas resultariam na implantação de campus universitário em cidades como Angico (RN), terra onde nasceram seus pais.

– Grande parte dos nossos problemas hoje reside na impossibilidade de votarmos projetos de lei, em razão das medidas provisórias. Se não resolvermos isso, tudo vai ficar provisório neste país – concluiu.

## Movimento dos Sem Terra defende um novo ordenamento fundiário

Ao lado de Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, recebeu documento intitulado *Declaração do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo em Defesa do Limite da Propriedade da Terra*. O documento lhe foi entregue por Marina dos Santos e outros integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

No texto, os sem-terra pedem um novo ordenamento fundiário

no Brasil, com o aprimoramento e a aplicação dos instrumentos constitucionais existentes; atualização dos índices de produtividade; aprovação de emenda à Constituição federal que exproprie terras onde haja trabalho escravo; e adoção de novo instrumento jurídico que limite a propriedade privada da terra.

Eles conclamam ainda a sociedade a cerrar fileiras numa campanha pelo limite da propriedade privada da terra no Brasil.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Sessão destinada a pronunciamentos

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Cristovam Buarque (PDT-DF), Sery Slhessarenko (PT-MT) e Paulo Paim (PT-RS).

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Moraes

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

[www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) | [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Eduardo Suplicy, Alvaro Dias, Mão Santa e Geraldo Mesquita Júnior

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promoveram debate sobre os resultados da contagem da população realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados são alvo de críticas, já que, em 2007, foram verificadas

reduções no número de habitantes de mais de 400 municípios.

A variação tem reflexos nos cálculos para a distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Dessa forma, as localidades com redução de habitantes tiveram suas quotas do FPM diminuídas este ano.

O assunto recebeu atenção especial no Senado tendo em vista que cerca de 81% dos municípios brasileiros são dependentes dos recursos do FPM, composto por transferências constitucionais, cuja receita vem de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



Na audiência com o presidente do IBGE (E) e o representante dos municípios (D), Valadares conversa com a presidente da CDR, Lúcia Vânia: necessidade de equilíbrio na distribuição dos recursos

## Valadares anuncia projeto para divisão mais justa do fundo

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) anunciou ontem que irá apresentar projeto para dar maior equilíbrio na distribuição dos recursos do FPM, que é feita conforme a quantidade de habitantes de cada município. O cálculo é realizado pelo IBGE.

Para Valadares, é necessário garantir recursos constitucionais mínimos para os municípios mais pobres. Do contrário, observou, os problemas sociais irão agravar-se. O parlamentar disse que, no ano passado, 444 municípios tiveram perda de arrecadação em virtude da redução populacional.

Adelmir Santana (DEM-DF) pediu a rediscussão do pacto federativo com a finalidade de assegurar mais verbas para os municípios. Na opinião do senador, os recursos estão muito concentrados na União.

## IBGE sugere novo cálculo para repasses do FPM

O presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes, defendeu a mudança de um dos critérios utilizados no repasse de verbas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A sugestão foi dada como resposta às críticas aos resultados da contagem populacional realizada pelo IBGE em 2007. Ele afirmou que a lei que define os critérios de partilha dos recursos do FPM contém “uma fonte geradora de discordâncias que lhe é intrínseca”.

Nunes ponderou que, se por um lado, há cerca de 400 muni-

cípios com reduções nos repasses do FPM pela diminuição da população, por outro, aproximadamente 1.600 passarão a receber mais recursos do fundo devido ao aumento populacional registrado.

– Estamos discutindo aqui a situação das prefeituras que estão perdendo, mas não daquelas que estão ganhando – observou.

Conforme explicação do presidente do IBGE, a verba repassada aos municípios aumenta por faixa, a cada 3.396 habitantes. Assim, calculou, “quanto maior o múlti-

plo de 3.396, maior o volume de recursos recebidos do fundo”.

Para demonstrar que o critério gera distorções, Eduardo Nunes citou como exemplo um município que registra um aumento de 3.394 habitantes em sua população – apenas duas pessoas a menos do que o índice necessário para o aumento do repasse. Nesse caso, a prefeitura deixa de receber uma verba maior porque não atendeu ao critério.

– E o IBGE é obrigado a seguir essa lei – frisou.

A proposta de Nunes prevê a

extinção do critério de “faixas de múltiplos de 3.396” e a sua substituição pelo critério de “faixa contínua”, em que o aumento da quantidade de habitantes – independentemente do número – leva obrigatoriamente ao aumento dos recursos a serem repassados pelo fundo.

Nunes também comentou que, atualmente, a principal causa, tanto do aumento como da redução nas populações municipais, são os movimentos migratórios, “e não os números de nascimentos ou óbitos”.

## Representante dos municípios contesta censo de Manaus

Como representante da Frente Nacional de Prefeitos, o secretário de Finanças de Manaus, Onildo Elias de Castro, contestou a contagem populacional em municípios realizada pelo IBGE. O levantamento do ano

passado indicou uma população de pouco mais de 1,6 milhão de habitantes na capital do Amazonas. Contraditoriamente, porém, o secretário mencionou aumento no número de alunos matriculados, de vacinações e

de ligações elétricas em residências, entre outros, “o que aponta para uma população maior do que a verificada pelo IBGE”. Onildo adiantou que a prefeitura solicitou a recontagem, pois, para ele, a população local

estaria próxima de 2 milhões de habitantes.

Os argumentos do secretário são semelhantes aos apresentados, há cerca de três semanas, por Arthur Virgílio (PSDB-AM). Na ocasião, o senador cogitou a

possibilidade de ter havido equívocos no levantamento do IBGE, observando que o órgão constatou queda populacional em municípios onde outros indicadores demonstrariam tendência de crescimento.

## Plano do governo prevê R\$ 41,2 bi para Ciência e Tecnologia até 2010

O ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, apresentou, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o período de 2007 a 2010. Serão investidos R\$ 41,2 bilhões. Ele explicou que plano prevê a inovação tecnológica nas empresas e o direcionamento da área para o desenvolvimento social.

– Falta cultura para inovação nas empresas – avaliou.

Sérgio Rezende disse que há previsão de investimentos de R\$ 6,5 bilhões na formação de recursos humanos, fortalecendo áreas tecnológicas e “portadoras de futuro”. Para isso, será ampliada a oferta de bolsas de estudo. A meta é aumentar as bolsas dos atuais 100 mil/ano para 160 mil/ano em 2010, quando devem ser formados 16 mil doutores.



Ao lado de Sérgio Rezende, Ideli destaca importância do setor para o crescimento

## Senadores pedem mais esforços por setor estratégico

Renato Casagrande (PSB-ES) registrou o esforço que vem sendo dedicado nos últimos anos ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, mas ressaltou a necessidade de se fazer muito mais para que o país tenha destaque no cenário mundial. Ele sugeriu aumento das bolsas de estudo e plano de carreira para o setor.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), o governo deveria priorizar a área, para que o país “entre

para valer na disputa pelo conhecimento”.

Ideli Salvatti (PT-SC) observou que, sem atendimento adequado, o Brasil perderá mercado para outras nações.

– Não vamos dar sustentabilidade ao nosso crescimento sem ciência e tecnologia – argumentou.

Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), é inegável que o Brasil está avançando, mas não na mesma velocidade do resto do mundo.

Pronunciamentos apontam importância da presença militar na Amazônia e necessidade de modernização dos equipamentos de defesa

## Senadores destacam a atuação do Exército



Oficiais gerais e outras autoridades participam da sessão especial do Senado

O Senado comemorou ontem o Dia do Exército Brasileiro, em sessão especial dirigida pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves, e que contou com a presença do comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, e de outras autoridades.

O senador Romeu Tuma (PTB-SP), que requereu a homenagem, destacou a necessidade de valorização profissional das Forças Armadas e de modernização dos equipamentos de defesa.

Por sua vez, Aloizio Mercadante (PT-SP) afirmou que a Amazônia precisa dos 25 mil militares que estão lá. “O meu pai comandou o lado ocidental da Amazônia e sei o que é cada posto de fronteira”, observou.

Paulo Duque (PMDB-RJ) disse que o Congresso, o Exército e as Forças Armadas em geral são as instituições que conhecem os problemas brasileiros. Já Magno Malta (PR-ES) ponderou que “não se cuida da Amazônia desprezando o Exército”.

Presente à sessão, o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, falou do nascimento do Exército brasileiro, em lutas contra os invasores, como na Batalha dos Guararapes em 19 de abril de 1648.

### Comandante confia em reaparelhamento

O comandante do Exército, general Enzo Martins Peri, afirmou na sessão especial do Senado que o orçamento da instituição este ano, após ser descontingenciado, irá representar expressivo aumento comparado com os orçamentos dos anos anteriores.

– Cremos firmemente na disposição do senhor presidente da República de promover o necessário reaparelhamento do Exército, com base na indústria de defesa nacional e apoiado na vanguarda tecnológica – declarou.

Esse reaparelhamento, informou o general, se dará a partir da apresentação da nova estratégia nacional de defesa, trabalho que está sendo levado a efeito sob a coordenação do Ministério da Defesa.

Segundo o general Enzo, a importância da valorização do militar é um assunto reconhecido pelo presidente da República, pelos parlamentares e pela sociedade brasileira. Ele também disse que, para cumprir a sua principal função, que é a defesa da soberania nacional, o Exército precisa ter a capacidade de estar presente em qualquer ponto do território nacional.

O fundador dos Diários Associados é lembrado por senadores, que destacam a importância do empresário para o jornalismo brasileiro

## Plenário presta homenagem a Chateaubriand

O Plenário homenageou ontem a memória do jornalista Assis Chateaubriand pelo transcurso de 40 anos de sua morte. Chatô, como era conhecido, foi o criador da maior cadeia de comunicação do país, os Diários Associados, e morreu em 4 de abril de 1968. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, primeiro signatário do requerimento de homenagem, classificou-o como o “maior empresário do jornalismo do Brasil de seu tempo”.

– Ele construiu um império que chegou a ter 34 jornais, 36 rádios, 18 estações de TV e uma agência de notícias, além das revistas *O Cruzeiro*, com a maior tiragem da América Latina, e *A Cigarra*, entre outras, e uma editora – disse.

Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Chatô foi um dos vultos mais fascinantes e polêmicos da história do país. Já Mão Santa (PMDB-PI) lembrou a produção de 12.215 artigos por Chatô, a quem considera “um ícone da busca pelo saber”. Adelmir Santana (DEM-DF) elogiou dois importantes jornais dos Diários Associados (hoje Grupo Associados): *Estado de Minas* e *Correio Braziliense*.

Eduardo Suplicy (PT-SP) apontou a relevância de Chateaubriand para o jornalismo brasileiro, reconhecendo sua obrigação de elogiar um inimigo de seu tio-avô, o conde Francisco Matarazzo Júnior. Inquilino do industrial paulista, Chateaubriand não gostou de ser cobrado pelo atraso do aluguel de seu escritório e lançou uma “impiedosa” campanha contra o conde por meio de seus jornais.

– Mesmo usando palavras de baixo calão, houve grande mérito na trajetória de Chateaubriand – admitiu – Suplicy .

Alvaro Dias (PSDB-PR) também se associou à homenagem. Além de Márcio Cotrim, participou da sessão o vice-presidente do *Correio Braziliense*, Ary Cunha.



Garibaldi (C), entre Márcio Cotrim e Ari Cunha, preside a sessão em memória dos 40 anos da morte de Chatô

### Um jornalista que influenciou a política

Garibaldi Alves, presidente do Senado, abriu a homenagem ao jornalista Assis Chateaubriand destacando sua influência sobre os acontecimentos políticos, econômicos e culturais de seu tempo.

O senador recordou que Chatô saiu aos 15 anos de Umbuzeiro, no interior da Paraíba, para construir um império de comunicação.

Graduado pela Faculdade de Direito do Recife, onde chegou a lecionar, Chateaubriand passou a se dedicar ao jornalismo a partir de 1915, quando se mudou para o Rio de Janeiro. Aos 32 anos, comprou seu primeiro jornal, *O Jornal*, em 1924.

– De um dono de jornal, no Recife, ouviu a frase que o faria encontrar-se com seu destino. Ao vetar a publicação de um artigo de Chateaubriand, seu patrão lhe disse que ele só poderia publicar o que quisesse quando fosse dono do próprio jornal. Foi o que ele fez.

O advento da TV comercial no Brasil está entre os feitos de Chateaubriand. Em 1950, os Diários Associados inauguraram a TV Tupi no Rio de Janeiro. Além de jornalista, foi senador duas vezes e embaixador do Brasil em Londres.

### Concurso vai premiar redação sobre a Bandeira

Será realizado, neste ano, o I Concurso de Redação do Senado, com o tema “Nossa Bandeira”. O projeto, da Secretaria de Relações Públicas, tem o apoio do Ministério da Educação, do Conselho de Secretários de Educação (Consed) e de secre-

tarias de Educação estaduais e do Distrito Federal. A iniciativa é mais uma forma de o Senado comemorar o Dia da Bandeira. O concurso pretende também estimular o sentimento cívico entre os estudantes.

Poderão participar alunos ma-

triculados nas duas últimas séries do ensino fundamental. A escola interessada deverá selecionar uma redação e encaminhá-la à Secretaria de Educação, que, por sua vez, escolherá um único trabalho para concorrer pelo estado ou pelo Distrito Federal.

O aluno vencedor, o diretor de sua escola e o secretário de Educação do estado participarão da cerimônia do Dia da Bandeira, no Palácio do Congresso Nacional, no dia 19 de novembro de 2008, às 12h, quando o estudante apresentará a sua redação.

Audiência pública na Comissão de Direitos Humanos reúne defensores do aumento para benefícios pagos pelo INSS e do fim do fator previdenciário

## Senadores repudiam declarações de Luiz Marinho e Paulo Bernardo

Os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), José Nery (PSOL-PA) e Patrícia Saboya (PDT-CE) repudiaram as críticas dirigidas ao Congresso Nacional pelos ministros da Previdência Social, Luiz Marinho, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, devido à aprovação, no dia 9, de dois projetos que beneficiam aposentados e pensionistas. Mesquita Júnior disse que Marinho qualificou de “enganadores” os projetos e José Nery registrou que Paulo Bernardo classificou de “irresponsáveis” os parlamentares que apóiam as propostas.

Um dos projetos modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência (PLS 296/03). Outro estende aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo (PLC 42/07). Os protestos ocorreram durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

com sindicalistas.

Patrícia Saboya lamentou as declarações, lembrando que os idosos constituem uma parcela da população que não é respeitada no país.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), disse preferir pensar que as palavras do ex-sindicalista e hoje ministro da Previdência Social foram mal interpretadas. Paim afirmou que não consegue acreditar que Marinho tenha se referido aos projetos como “enganadores” do povo. O parlamentar observou que os senadores, que se aposentam com vencimentos integrais e reajustáveis, devem contribuir para melhorar a situação dos aposentados e pensionistas brasileiros.

Na opinião de José Nery, é necessário realizar uma mobilização que unifique todas as centrais sindicais para garantir a aprovação dos projetos na Câmara dos Deputados, bem como a sanção presidencial da forma como aprovados pelo Parlamento.

## Sindicalistas e aposentados se unem para defender reajuste

A defesa do projeto que extingue o fator previdenciário para cálculo dos benefícios da Previdência e da proposta que estende aos aposentados os índices de reajuste concedidos ao salário mínimo, aprovados pelo Senado, uniu presidentes e representantes das maiores centrais sindicais do país e das entidades representativas dos aposentados. Eles participaram ontem de audiência na Comissão de Direitos Humanos.

Os sindicalistas reafirmaram a disposição de manter a mobilização para assegurar a aprovação das propostas na Câmara dos Deputados. E repudiaram declarações de integrantes do governo, criticando a aprovação das matérias.

Em entrevista, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, chamou de “irresponsável” a proposta de aumento das aposentadorias (PLC 42/07), por não prever recursos para cobrir o re-

ajuste. Já Luiz Marinho, ministro da Previdência Social, classificou como “enganoso” o projeto que acaba com o fator previdenciário (PLS 296/03).

Para Francisco Canindé Pegado do Nascimento, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores, o fator previdenciário (Lei 9.876/99) representou prejuízo aos aposentados, especialmente pelo peso dado à expectativa de vida do trabalhador na definição do valor do benefício. Com o fator, disse, o cálculo passou a considerar, além da idade do segurado e do tempo em que ele contribuiu, o tempo estimado de vida no momento em que deixa de trabalhar. Assim, observou, “o trabalhador sabe com quanto contribui, mas não quanto receberá”.

Em nome da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Trajano Jardim expressou “total apoio” ao senador Paulo

Paim (PT-RS), autor das duas propostas, que foi criticado pelos dois ministros.

Paulo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical, lembrou que muitos dos 16 milhões de aposentados que ganham um salário mínimo não estão ligados a uma entidade que os defenda.

— É uma grande conquista assegurar como índice para aumento do mínimo e das aposentadorias a taxa de inflação e de crescimento do PIB [produto interno bruto].

Também participaram Wilson Pereira, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Artur da Silva Santos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); José Augusto, do Fórum Nacional Sindical dos Trabalhadores; João Batista Inocentini, do Sindicato Nacional dos Aposentados; e Joilson Cardoso, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).



Paulo Paim (quarto à direita) preside reunião que discutiu as críticas dos ministros da Previdência Social e do Planejamento a projetos aprovados no Senado e que serão votados na Câmara dos Deputados

### Isenção de IPI na compra de carro por deficiente auditivo

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou parecer do senador Flávio Arns (PT-PR) favorável ao projeto que estende aos deficientes auditivos o direito à isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis. Segundo o autor da proposta, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), a legislação prevê a isenção para outras deficiências, mas não a auditiva. O projeto (PLS 646/07) altera essa lei (8.989/95). A proposta ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A CDH também aprovou parecer do senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pela rejeição do projeto (PLC 54/07) do deputado Pompeo de Mattos que tinha a finalidade de obrigar o atendimento prioritário aos idosos na rede de serviços de saúde. Tal determinação, segundo o relator, já está prevista no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03).

### Professores podem ter cursos para identificar maus-tratos

Os cursos dirigidos a professores da educação básica e os cursos de Pedagogia poderão ser obrigados a oferecer formação sobre a identificação de sinais de maus-tratos e abuso sexual em crianças e adolescentes. É o que prevê projeto (PLS 638/07) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que teve o parecer favorável de Patrícia Saboya (PDT-CE) aprovado pela CDH. A matéria segue para exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Cristovam lembra que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) tipifica como infração administrativa a não-comunicação pela escola de casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra seus estudantes. No entanto, argumenta o senador, professores e pedagogos “não têm preparo para identificar sinais de atos de violência e abuso sexual que os jovens tenham sofrido”.

No parecer, Patrícia alerta para o aumento dos casos de violência contra crianças e adolescentes e a necessidade de diagnóstico rápido para combate às agressões.

### CDH ouvirá denúncias de exploração sexual em Marajó

A CDH realizará reunião para ouvir as denúncias do bispo dom José Luiz Azcona Hermoso sobre tráfico de mulheres e adolescentes, exploração sexual e narcotráfico, em Marajó (PA), a pedido de José Nery (PSOL-PA). Conforme o senador, o bispo aponta o envolvimento de autoridades nos crimes e a omissão do poder público e alerta para o risco de municípios da região serem governados por pessoas ligadas ao narcotráfico. O bispo, continuou o senador, tem recebido ameaças de morte.

Além do bispo, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim; o superintendente da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa; e o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo José de Araújo, serão convidados para participar do debate em maio.

A CDH também aprovou pedido da senadora Fátima Cleide (PT-RO) para realização de debate sobre a situação dos trabalhadores domésticos no Brasil.



Comissão de Relações Exteriores discutirá proposta com a CAE e CCJ

## Comissões aprofundam debate sobre mercadoria do Paraguai

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu realizar reunião conjunta, com as comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com a finalidade de debater o projeto que institui regime especial para comerciantes que importam, por via terrestre, mercadorias do Paraguai. A proposta estabelece alíquota única de 42,35% sobre o preço de aquisição das mercadorias.

Para o relator do projeto (PLC 27/08), senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o debate pode esclarecer impactos da competição estrangeira sobre a produção nacional no mercado interno, além de definir uma

estratégia de fiscalização para conter a pirataria. O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), argumentou que, diante da complexidade da proposta, seria melhor que o governo retirasse o pedido de urgência para votação.

Ao instituir o Regime Tributário Unificado (RTU) para os comerciantes de mercadorias oriundas do Paraguai, o projeto visa simplificar a cobrança de impostos e contribuições federais sobre a importação, devendo beneficiar empresas com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 240 mil que optam pelo Simples Nacional. A medida proíbe importação de produtos que não destinados ao consumidor final.



Representação do Brasil vai escolher quarta-feira seu novo presidente

## Eleição direta para membro do país no Parlamento do Mercosul

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul – nove deputados e nove senadores – terá, até o fim deste mês, a versão inicial da proposta de regulamentação da eleição direta para escolha dos integrantes no Parlamento regional, a ser realizada durante as eleições gerais de 2010.

A proposta incluirá a dimensão da circunscrição eleitoral – estadual, regional ou nacional – e o modelo de votação a ser adotado.

– Pretendemos chegar ao fim de junho com um projeto pronto. Os estudos estão adiantados, mas o tema é complexo – disse o deputado Dr. Rosinha, vice-presidente da representação.

O novo presidente do colegiado, que ocupará o cargo até o final de 2008, será escolhido entre os senadores da representação na quarta-feira, às 14h30. O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que presidia o grupo, renunciou ao cargo.

Aumento da taxa básica de juros da economia tem impacto no estoque da dívida indexado à Selic. Ainda assim, secretário do Tesouro afirma que gestão da dívida e política de superávit não serão alteradas

# Dívida crescerá quase R\$ 3 bi com aumento da Selic, afirma Augustin

A dívida pública interna crescerá R\$ 2,9 bilhões, em 12 meses, por conta do aumento de meio ponto percentual da taxa Selic. A projeção foi feita pelo secretário do Tesouro Nacional, Arno Hugo Augustin, durante audiência na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O acréscimo, disse Augustin, corresponde ao impacto do aumento da taxa sobre cerca de 31% do estoque da dívida corrigido pela Selic. Na primeira alta desde 2005, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa de 11,25% para 11,75% na quarta-feira.

Para o secretário, o governo não pretende mudar as estratégias de financiamento da dívida pública e de superávit, por permitirem a



redução do déficit nominal e da relação entre a dívida líquida e o PIB, sem impedir a execução dos projetos fundamentais para o país.

Augustin registrou que, em 2007, o superávit ficou quase empatado com a meta (2,1% do PIB) e o governo economizou R\$ 71,3 bilhões. Mesmo assim, ele disse que foi possível realizar investimentos de R\$ 22,1

bilhões, quase R\$ 5 bilhões a mais que no ano anterior. Do total, continuou, R\$ 16,5 bilhões corresponderam ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que fechou 2006 com nível de empenho de 97%.

### Vítimas de enchentes

A CMO aprovou medida provisória (MP 423/08) que garante R\$ 613,7 milhões para locais atingidos por

enchentes nos últimos meses no Nordeste e em Mato Grosso. A MP agora vai aos plenários da Câmara e do Senado. O crédito irá para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional.

Membros da CMO destacaram que aquela era uma MP motivada efetivamente por fato urgente e relevante. Esta foi a segunda vez que a CMO analisou uma MP.

### JOSÉ AGRIPINO

## Medida é o inverso do que faz EUA, que enfrenta crise

Para José Agripino (DEM-RN), a decisão do Copom de aumentar os juros não foi acertada e que a medida vai produzir um resultado “nefasto” na economia.

– Aplicou-se para uma perspectiva inflacionária um remédio contrário ao adotado pela economia americana, que foi uma violenta redução da taxa de juros para fomentar o consumo, a concessão de empréstimos para livrar o país da recessão, do desemprego e da estagnação econômica – comparou.

Ele sugeriu que o governo reduza da carga tributária, na eliminação da burocracia e na infra-estrutura.



Leopoldo Silva

### RENATO CASAGRANDE



## Com juros altos, é preciso taxar capital especulativo

Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou projeto que determina a cobrança do Imposto de Renda (IR) nas operações de compra de títulos da dívida interna brasileira pelos investidores estrangeiros. A medida pretende desestimular a entrada de capitais especulativos no país, no momento em que o Banco Central elevou os juros em meio ponto percentual.

Apesar de haver compreensão sobre as razões para a alta dos juros, ele chamou atenção para a transferência de renda da sociedade para o sistema financeiro, que vem registrando lucros recordes.

### LÚCIA VÂNIA

## Risco de inflação e desabastecimento pressiona juros

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para a possibilidade de uma crise de proporções mundiais no mercado de alimentos.

Para ela, a pressão por biocombustíveis e o aquecimento global devem manter os preços dos alimentos em alta, restringindo o consumo das famílias mais pobres.

Com relação à ameaça da volta da inflação, a senadora considerou acertada a decisão do Copom de elevar os juros. Segundo ela, a falta de controle dos gastos públicos e políticas eleitoreiras forçaram o aumento para controlar a possível volta da inflação.



Leopoldo Silva

### ALVARO DIAS



## Aumento da Selic desestimula investimentos

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou a decisão do Copom de aumentar os juros, pelo efeito de desestimular investimentos, produção e exportações, além de aumentar a dívida pública em R\$ 2,2 bilhões este ano. Se a taxa aumentar mais um ponto percentual até o fim de 2008, acrescentou, essas despesas poderão crescer em R\$ 10 bilhões.

– Não creio ser essa a melhor alternativa para combater a inflação. A reação das lideranças do setor produtivo demonstra perplexidade com a decisão do Copom – disse, avaliando, “a maior taxa de juros do planeta”.

Geraltio Magela

## Agripino aponta falha de Lula na reforma agrária



Dilma "deixou cair a máscara", diz Agripino

mas as invasões representam uma ameaça.

Agripino também afirmou que ontem, em Minas Gerais, a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em "um ato falho", chamou de comício uma solenidade de lançamento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Caiu a máscara – disse o senador, acrescentando que, agora, Lula não pode mais dizer que não usa a máquina do Estado "em campanha da candidata à sua sucessão que ele quer fazer popular".

Baseando-se nas invasões de propriedades públicas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o líder do DEM, José Agripino (RN), avaliou que o governo Lula não cumpre as promessas de reforma agrária feitas em campanha. Para o senador, a causa do MST é "nobre",

## Delcídio quer debate sobre conflitos de terras



Delcídio sugere indenizar colonos desalojados

de ser desalojados de reservas indígenas.

Delcídio disse considerar que os produtores rurais devem ser ressarcidos não somente com base na avaliação de benfeitorias, mas também da terra nua comprovadamente indígena. O senador mencionou ainda a necessidade de reestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai).

A discussão, pelo Senado, de "uma solução definitiva" para os conflitos de terra entre índios e produtores rurais foi solicitada por Delcídio Amaral (PT-MS). Uma das saídas sugeridas pelo senador é a emissão de títulos da dívida pública com o objetivo de indenizar os colonos que tenham

## Marisa destaca resultados positivos da CPI dos Cartões



Marisa fará anúncio sobre sub-relatorias em breve

Fagundes já anunciou que devolverá ao Tesouro Nacional tudo o que gastou com os cartões nos últimos dois anos.

Marisa afirmou ainda que aguarda apenas a nomeação dos dois sub-relatores, a serem indicados pela base do governo, para divulgar quem serão os ocupantes das quatro sub-relatorias da CPI.

A presidente da CPI dos Cartões Corporativos, Marisa Serrano (PSDB-MS), já vê resultados positivos dos trabalhos da comissão. A senadora citou como exemplo as denúncias divulgadas pela CPI contra o reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, acusado de ter gastado cerca de R\$ 12 mil no exterior com cartões corporativos.

Senador afirma que ministros são "vira-casacas" e querem enfraquecer o Congresso com o objetivo de levar "a sociedade a abraçar a tese do terceiro mandato". Paim anuncia que lutará por benefícios a aposentados

# Mesquita Júnior defende senadores das críticas de Luiz Marinho e Paulo Bernardo



Para Mesquita Júnior, objetivo dos ministros foi enfraquecer o Congresso

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) defendeu ontem os senadores de acusações feitas pelos ministros do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, e da Previdência e Assistência Social, Luiz Marinho, devido à aprovação do projeto que estende a benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) os reajustes reais do salário mínimo e do que extingue o fator previdenciário. Paulo Bernardo disse que os senadores tinham sido "irresponsáveis". Luiz Marinho afirmou que eles estavam sendo "enganadores".

– Estou revoltado com esses dois mi-

nistros. São vira-casacas, pois, até outro dia, defendiam reajustes reais para os aposentados e o fim do fator previdenciário. Eles estão agredindo o Senado, com

o objetivo de enfraquecer o Congresso.

Para Mesquita Júnior, os ministros estão trabalhando com o objetivo de levar "a sociedade a abraçar a tese do terceiro mandato para o presidente Lula".

O déficit da Previdência Social, invocado pelos ministros, seria "uma fantasia", na opinião do senador. Segundo argumentou, "se há déficit da Previdência, isso se deve à exagerada corrupção e à exagerada sonegação" de contribuições previdenciárias.

## Mário Couto diz que divulgará quem for contra os projetos



Mão Santa: "Parece que ministro vir ao Congresso Nacional é um insulto"

Ao rebater críticas feitas ao Senado pelos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Luiz Marinho, o senador Mário Couto (PSDB-PA) prometeu divulgar, "por todos os meios e pelos quatro cantos do país", os nomes dos deputados federais que votarem contra os projetos que beneficiam aposentados e pensionistas.

– Eu quero ver qual o deputado federal que vai ter a coragem de votar contra os aposentados e pensionistas deste país. Eu quero ver. Eu direi à nação brasileira, aqui, nome por nome. Divulgarei. Vou ter trabalho, mas vou divulgar em todo o país, nome por nome, aqueles que têm de se ajoelhar ao pé do rei e, por isso, vão votar contra os aposentados – alertou.

## Ministros deveriam discutir propostas com parlamentares

Mão Santa (PMDB-PI) também repeliu as críticas dos ministros do Planejamento e da Previdência Social à aprovação das propostas que favorecem os inativos.

Para o senador, em vez de chamar os senadores de "irresponsáveis, enganadores, doidos", os ministros deveriam comparecer ao Congresso Nacional para discutir os projetos e as emendas com os parlamentares.

– Hoje em dia parece que ministro vir aqui é um insulto – disse Mão Santa, referindo-se ainda à demora da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, em atender convites e convocações para comparecer em comissões da Casa.

Mão Santa elogiou Paulo Paim (PT-RS) pela coragem de defender projetos que não são apoiados pelo governo.

## Flávio Arns aponta "enfrentamento de uma questão grave"



Paim diz que lutará para aprovação das proposições pela Câmara

Flávio Arns (PT-PR) afirmou que a aprovação, pelo Senado, dos dois projetos de lei que ampliam benefícios dos aposentados e pensionistas brasileiros significa "o enfrentamento de uma questão grave e não uma enganação".

O senador assinalou que o fator previdenciário – instrumento que um dos projetos visa extinguir – reduz entre 40% e 50% os rendimentos de um trabalhador que se aposenta.

Arns lembrou ainda o fato de a inflação pesar mais para o aposentado do que para a maioria da população. Citou, a propósito, o valor dos planos de saúde, que para os aposentados em geral é bem maior, o que, na opinião do parlamentar, impede que eles vivam com dignidade.

## Paim: "Ninguém vai me intimidar com frases bobas"

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que vai continuar lutando para que a Câmara também aprove o projeto que estende aos aposentados do INSS os mesmos reajustes dados ao salário mínimo e o que acaba com o fator previdenciário na concessão de aposentadorias. Ele falou em aparte a Mesquita Júnior.

– Ninguém vai me intimidar, ainda mais com frases bobas, sem nenhuma argumentação técnica e mesmo política – sustentou o senador, referindo-se a declarações dos ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e da Previdência Social, Luiz Marinho.

Paim lembrou que na próxima terça-feira o Senado realizará sessão especial, às 10h, para homenagear os aposentados.



Segundo Arns, fator previdenciário reduz rendimentos do aposentado

Fotos: Leopoldo Silva



**Azeredo explica que a política avalia conservação do patrimônio**

## Azeredo comemora ICMS cultural para 649 municípios mineiros

A liberação de recursos do ICMS cultural para 649 municípios de Minas Gerais foi comemorada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O senador explicou que os recursos estão sendo distribuídos a partir de critérios que consideram a conservação do patrimônio histórico e cul-

ral das cidades mineiras.

– Duas em cada três cidades mineiras estão conseguindo reforçar seus caixas com políticas de incentivo cultural, de preservação do patrimônio histórico – disse, lembrando que essa política foi implementada durante sua gestão no governo do estado.



**Renan defende projeto de sua autoria que tramita na CAS**

## Renan quer assistência psicossocial para policiais e suas famílias

A formulação de programas de assistência psicossocial para policiais, seus dependentes e cônjuges foi defendida por Renan Calheiros (PMDB-AL).

O senador destacou projeto de sua autoria (PLS 97/08) que inclui esses programas entre as medidas contempla-

das com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A proposta tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Renan ressaltou que, em 2007, 1.161 policiais militares do Rio de Janeiro foram afastados da corporação por problemas psicológicos.

## Suplicy divulga novos programas de renda básica

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que a Namíbia, na África, começou a distribuir uma renda básica, de aproximadamente R\$ 20 por mês, a mil pessoas de uma comunidade rural. O senador perguntou quando, no Brasil, será feita a transição entre o atual Bolsa Família e um programa efetivo de renda básica da cidadania.

Suplicy comunicou ainda que deverá ser implantado programa de renda básica para todos os moradores (entre 1.100 e 1.400 pessoas) da Vila de Paranapiacaba, no município de Santo André (SP). A renda básica, afirmou ele, pode ajudar na preservação da vila, tombada pelo Patrimônio Histórico. No local, o Barão de Mauá e os ingleses construíram, no século 19, uma das primeiras ferrovias do país.



**Para Suplicy, renda mínima pode ajudar a preservar patrimônio**

# Magno Malta vai propor 30 anos de prisão para crime de pedofilia

Senador defende o uso de pulseira eletrônica para monitoramento a distância do condenado, por toda a vida, após o cumprimento da pena. E promete apurar todas as denúncias enviadas à CPI

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), anunciou ontem que pretende propor a tipificação do crime de pedofilia, com 30 anos de cadeia para os condenados. Conforme disse, o crime é um problema pior que o tráfico de drogas no Brasil. Ele também ressaltou a coragem do bispo de Marajó, dom José Luiz Ascona Hermoso, que denunciou a prática da pedofilia no Pará.

Magno Malta assegurou que a CPI “irá atrás” de todas as denúncias que recebeu.

– Quem estiver me ouvindo agora, que denuncie. Disque 100, o disque-



**Malta diz confiar na inocência do jornalista Roberto Cabrini**

denúncia da SaferNet. Nós vamos ajudar. Vá ao Ministério Público, vá ao conselho tutelar, fale da situação da sua criança. Vamos tipificar o crime de pedofilia, e a minha proposição é que seja 30 anos de prisão. E, depois

dos 30 anos, pulseira eletrônica até morrer – afirmou.

Magno Malta salientou que o pedófilo precisa ser monitorado “até a morte” porque a castração química – administração de hormônios que inibem a libido e a ereção em pedófilos e esturpadores – atua biologicamente mas não psicologicamente e que o agressor ainda pode atacar suas vítimas de outras formas.

O senador comentou ainda a prisão do jornalista Roberto Cabrini, acusado de porte de drogas. Malta disse que quer acreditar em sua inocência e espera que ele se disponha a fazer um exame toxicológico para provar que houve uma armação.

## Tião Viana celebra investimentos do BNDES no Acre

O investimento de R\$ 577 milhões para iniciar a terceira etapa das obras do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável (Pids Acre III) em seu estado foi comemorado por Tião Viana (PT-AC).

– Estamos no caminho para a independência econômica – assinalou.

O senador agradeceu

ao presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; ao governador do Acre, Binho Marques; e ao presidente Lula pelo investimento. Além dos recursos para o Pids, R\$ 1,3 bilhão deve ser destinado à região, por meio do Programa de Aceleração do

Crescimento (PAC).

Tião Viana ressaltou a geração de 12.500 empregos diretos e 14.300 empregos indiretos pelas obras. Ações de fortalecimento do turismo, da infra-estrutura urbana e habitacional, saúde, economia, comunicação, entre outras, também chegarão ao Acre por meio do Pids.



**Viana ressalta obras e ações do Pids e do PAC a serem realizadas**



**Jucá registra prêmio do Sebrae pela gestão de Iradilson Sampaio**

## Jucá destaca prêmio a prefeito de Boa Vista

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), registrou a premiação do prefeito de Boa Vista, Iradilson Sampaio, considerado responsável pela melhor gestão, em concurso do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que teve 1.300 concorrentes.

A premiação foi parte das atividades da 11ª marcha dos prefeitos a Brasília, iniciada em 15 de abril e encerrada ontem. O senador também parabenizou o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, e o presidente do Conselho Deliberativo da entidade, Adelmir Santana (DEM-DF).

Jucá afirmou ainda que Iradilson venceu o concurso com projetos iniciados na gestão de Teresa Jucá, esposa do senador, na prefeitura.

## José Maranhão destaca parque eólico inaugurado na Paraíba

A inauguração do parque eólico Millenium, em Mataraca (PB), foi comemorada por José Maranhão (PMDB-PB).

Com capacidade de produção de 10,2 megawatts (MW) de “energia limpa e renovável”, o parque é investimento da empresa australiana Pacific Hydro. “O vento é uma

das mais promissoras fontes naturais de energia”, disse.

O senador afirmou que seu estado tem condições “excepcionais” para a geração de energia eólica, que precisa apenas de “ar em movimento”. A expectativa da empresa é investir no país para garantir a produção de 300 MW.



**Energia eólica é limpa, renovável e promissora, afirma José Maranhão**

## Heráclito rebate acusações do governador do Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) rebateu acusações de que, ao discordar de anúncio de obras feito pelo governador do Piauí, Wellington Dias, estaria atuando contra o estado. “Querer enganar o Piauí com a promessa do porto pronto em 2009 é um ato criminoso praticado

pelo ministro e pelo governador. É mais uma trapaça pré-eleitoral de que uma realidade”, disse.

O senador referia-se ao fato de o governador e o ministro da Secretaria Especial de Portos, Pedro Brito, anunciarem a retomada das obras do porto de Luiz Corrêa.



**Heráclito: “Ser contra o estado é enganá-lo com falsas promessas”**